

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

14 a 20 de junho de 1992. nº 42

ANGOLA: Com o fim da visita do Papa reaparece a disputa eleitoral.

Apesar da manobra imposta pelo MPLA para obter dividendos políticos com a visita do Papa, o fato de maior destaque durante esta visita não foi a troca de gentilezas entre o governo e a cúpula católica, mas sim a prisão do chefe de redação do "Terra Angolana" (jornal oficioso da UNITA), Jofre Justino. O caso, que poderia ter tomado maiores proporções, foi bem administrado tanto pelo governo quanto pela UNITA. Na verdade, a partir das declarações governamentais e do próprio Jofre Justino, pode-se afirmar que o fato não tratou-se senão de um grande mal-entendido (ver p.04).

Entretanto, o esclarecimento do "Caso Jofre Justino" foi assimilado de forma rápida em decorrência, principalmente, da chegada a Luanda dos dois mais importantes dissidentes da UNITA: Miguel N'Zau Puna e Toni da Costa Fernandes. Na companhia de outros dissidentes, Puna e Fernandes afirmaram que este retorno à UNITA assinala o fim de um período de ausência e não de abandono. Puna fez questão de afirmar que não é contra a UNITA, e apresentou a idéia de um congresso do Partido para discutir sua futura orientação. Os dois pretendem agir politicamente através da Tendência de Reflexão Democrática da UNITA, que buscará ser um pólo de atração dos militantes descontentes com a direção de Jonas Savimbi.

A UNITA não demonstrou, até o momento, nenhum sinal de preocupação com o retorno dos dois dissidentes. A sua atenção está voltada para a formação do novo Exército Nacional e para o cadastramento eleitoral em todo o território. Sobre este último assunto Savimbi afirmou que a ONU e o governo angolano estão mentindo ao afirmarem ser impossível o cadastramento nas áreas controladas pela UNITA. Segundo o líder da UNITA o seu partido tem trabalhado intensamente para convencer os seus simpatizantes a aceitarem a extensão da adminis-

tração governamental, e que este tipo de atuação já começa a obter bons resultados.

A última novidade no campo da disputa eleitoral é o acordo de princípios com vistas a uma coligação entre os principais partidos não-armados angolanos. A FNLA e o PRD pretendem dar o impulso a esta proposta. A principal reivindicação deste grupo é a realização em separado das eleições presidenciais e legislativas. (pp. 01 a 09)

NESTA EDIÇÃO

Os bastidores de "O Miradouro da Lua",
a primeira co-produção luso-angolana
p.01

Basquete: Angola vence o 2º torneio
Cidade de Lisboa
p.03

Papa em Benguela
p.06

Novo empréstimo a Cabo Verde
p.09

MOÇAMBIQUE: (como sempre) Dificuldades nas negociações de paz.

Uma nova fase das negociações de paz moçambicanas inaugurou-se no dia 10 de junho, com a formalização da participação dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra e de Portugal. Esta participação, cujas modalidades ainda não haviam sido definidas, iniciar-se-á já agora, na 11ª rodada de negociações, que terá como pontos centrais da agenda as questões militares, relativas ao cessar-fogo e estabelecimento de um exército nacional unificado. Embo-

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléa, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ra a correspondente do jornal Público, Vera Gonçalves, não tenha deixado de assinalar uma aparente maior disposição de atendimento entre ambas as partes envolvidas, ele destaca que as "radicais diferenças que desde sempre existiram entre o governo moçambicano e a Renamo continuam a impedir que o processo de paz se desenvolva rapidamente"; o ponto nevrálgico do processo de negociações é o conjunto de "questões de ordem constitucional que a Renamo faz questão de tratar antes de se negociar um acordo de cessar-fogo". Um fator que poderia (pelo menos deveria) contribuir para um avanço nas negociações é o catastrófico estado do país, atingido por uma brutal seca que vem somar-se às devastações causadas por mais de uma década de guerra.

(p. 11)

O feitiço de África

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 16 JUNHO 1992

Mário Santos

É a primeira co-produção luso-angolana e a estreia do realizador Jorge António na longa-metragem. Depois de mês e meio em Luanda, rodam-se agora em Lisboa as últimas sequências. Chama-se "O Miradouro da Lua" e reactualiza o velho "feitiço" de África.

A cena passa-se no interior de um avião que voa de Lisboa para Luanda, onde João — a personagem principal de "O Miradouro da Lua", a primeira longa-metragem de Jorge António — vai à procura do pai, que não conhece. João, que acaba de sair da Escola de Teatro e que tem a sua primeira experiência profissional como figurante num filme que está a ser rodado em Lisboa sobre a guerra colonial, nunca esteve em Angola e vê o seu primeiro contacto com a realidade

africana materializar-se numa companheira de viagem: Sol, uma jovem estudante angolana, que regressa a Luanda para passar uns dias de férias.

Mas o ruído entorpecedor que se ouve em fundo não é o dos motores de nenhum Boeing. O assistente do realizador pede silêncio, alguém desliga o ar condicionado e o ruído desaparece. A equipa de Jorge António e da Exclusiva, a produtora do filme, tem os pés bem assentes na terra: a cena está a ser rodada num simulador Lockheed, nas instalações da TAP no aeroporto de Lisboa. Vê-se uma hospedeira avançar pelo corredor do avião e João interpela-a: "Um uísque, por favor. Com água lisa!" A hospedeira desaparece de campo e o realizador grita: "Corta!"

A cena dura escassos segundos, mas a sua realização consome largos minutos: afinam-se as luzes uma e outra vez, lembra-se aos figurantes em que altura devem abrir o jornal e quando acender os cigarros, ensaia-se toda a cena e João Cabral (o actor que interpreta o papel de João) acaba por ter de pedir meia-dúzia de vezes o uísque com água lisa. No "plateau", ouve-se alguém comentar, com bem disposta ironia: "A TAP costumava ter um serviço exemplar..." Ao quarto "take", o realizador e o seu director de foto-

grafia — o francês Lionel Cousin, que tem trabalhado em muitas produções franco-africanas — dão-se por satisfeitos e anuncia-se um intervalo para almoço.

Angola: burocracia e bons secundários

A equipa de "O Miradouro da Lua" acaba de regressar de Angola, onde, durante cerca de um mês e meio, rodou 80 por cento das cenas do filme. Em Luanda e nos arredores. "As pessoas que forem ver o filme não poderão imaginar o que foi rodar em Luanda nesta altura. Havia um ambiente de grande tensão, especialmente por causa dos problemas surgidos com o assassinio recente de alguns portugueses, mas, em termos artísticos, as coisas correram fantásticamente. Consegui fazer os planos que queria e da melhor maneira", conta Jorge António, que ficou também bem impressionado com a qualidade dos actores secundários (perto de 40) recrutados em Angola.

Embora o filme tivesse a produção executiva local assegurada pelo Laboratório Nacional de cinema angolano (orçamentado em 140 mil contos, "O Miradouro da Lua" é a primeira co-produção luso-angolana: teve um subsídio de 80 milhões do

Instituto Português de Cinema e outro de 35 mil do seu congénere de Angola), as coisas não correram tão bem, sob este aspecto. "Além dos problemas que surgem sempre numa produção, outros houve que tiveram apenas a ver com a realidade angolana", diz António Farraia, produtor delegado da Exclusiva, que recorda as sucessivas faltas de água e de electricidade em Luanda, a "enorme burocracia" e a falta de experiência da equipa técnica angolana, que se poderá explicar pelo facto de, nos últimos quatro anos, não se ter realizado nenhuma longa-metragem de ficção neste país.

A personagem Sol é interpretada por Aline Solange, uma jovem actriz formada pelo Centro Cultural de Évora e cuja experiência anterior no cinema foi a participação, como figurante — "Para encher o Frágil" —, no último filme de Joaquim Leitão ("Ao Fim da Noite") e algumas aparições, como "princesa egípcia", na série televisiva "Duarte & Companhia". Nascida em Moçambique, nunca tinha estado em Angola: "Só foi difícil por causa disso. Quando estou pela primeira vez num país que desconheço, gosto de andar à vontade e falar com as pessoas e isso foi impossível em Angola porque não nos deixavam andar sozinho". Por razões de segurança, a equipa de filmagens foi per-

manentemente acompanhada por forças policiais angolanas, embora o local de filmagens mais distante que utilizaram distasse pouco mais de 100 quilómetros de Luanda. Mas não encontrou dificuldades em compor a sua personagem e em dar-lhe "as cores de um país em guerra há 30 anos": "Eu e a Sol, que é uma personagem meiga e prestável, temos muitas coisas em comum".

Uma "história actual", a sul do Sol

Jorge António também tem alguma coisa em comum com João, a personagem principal do argumento que começou a escrever em 1988, quando esteve pela primeira vez em Angola. Por razões sentimentais: estava apaixonado por uma angolana. "A personagem principal do filme é baseado na minha experiência", admite, "mas o resto da história nada tem a ver comigo". João não encontra o pai, mas é apanhado pelo feitiço africano e não regressa a Portugal: o filme acaba em Luanda, no Miradouro da Lua. "É uma história actual, há muitos casos destes em Angola", diz o realizador.

Tem 26 anos — "Sou o mais novo realizador português, porque a Teresa Villaverde é uma

mês mais velha" —, faz parte do primeiro curso saído (em 1988) da Escola Superior de Teatro e Cinema depois da reforma do Conservatório e esta é a sua estreia na longa-metragem de ficção. Foi director da "Revista de Cinema" e o seu currículo, quer na televisão, quer no cinema, tem sido feito, até agora, na produção, área em que foi assistente, nomeadamente, de Canijo e de Oliveira.

As sequências de "O Miradouro da Lua" que estão a ser filmadas em Lisboa são as que abrem o filme. Além da cena no avião, haverá duas no interior das casas onde vivem João e a sua mãe e uma quarta sobre o filme imaginário em que aquele participa e que tem a guerra colonial como objecto. Jorge Brum do Canto fará o papel de realizador deste filme inexistente. A produção já arranjou leões e outras feras para comporem a preceito o cenário do parque de Monsanto, onde esta sequência vai ser rodada. Figurar como "soldado ferido", é o papel de João neste filme dentro do filme. "É uma brincadeira com os filmes portugueses sobre a guerra colonial", confessa Jorge António.

Até ao dia 20 estará tudo concluído e em Outubro sairá a primeira cópia síncrona. A montagem será feita na Tóbia, em Lisboa, e som em Londres. A

produção angolana assegurou já o envio do filme aos festivais africanos, nomeadamente ao do Burkina-Fasso. E está a pensar estreá-lo, nos primeiros meses de 1993, em diversas cidades angolanas em simultâneo. "O que aconteceria pela primeira vez desde a independência", diz o realizador, que espera poder também estreiar o filme em Portugal também em 93.

Jorge António tem já outro projecto em perspectiva, com produtores franceses interessados: "Trata-se de um escritor caboverdiano que assistiu aos últimos dias de Amílcar Cabral. A história passa-se em torno de um livro que esse escritor escreveu e que foi adaptado ao cinema." Vai chamar-se "A Sul do Sol" e depois dele João António promete "não voltar a África tão depressa". Apesar do "imenso fascínio" que por ela tem.

Tal como o personagem que interpreta, João Cabral é um jovem actor — saiu do Conservatório em 1985 e trabalhou no cinema com João Canijo, Fernando Lopes, Rosa Coutinho Cabral e Margarida Gil e no teatro com Mário Feliciano e Carlos Avilez — que nunca tinha estado em Angola. Onde descobriu um outro factor de identificação com a sua personagem: o fascínio do Miradouro da Lua. "A última cena do filme, quando João diz que não regressa a Portugal, foi rodada num sítio tão bonito que eu próprio senti, na altura, que, se calhar, também não me importaria de ali ficar para sempre." ■

Tripla coligação altera xadrez político

José António Agualusa

Existe já um acordo de princípio com vista a uma coligação entre os principais partidos não armados angolanos, entre os quais a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Partido Renovador Democrático (PRD) e a Frente para a Democracia (FPD).

De passagem por Lisboa, no regresso de uma viagem ao Canadá, onde participaram num ciclo de conferências promovido pelo Programa Angola-Canadá, Filomeno Vieira Lopes, secretário-geral do FPD e Vicente Júnior, secretário-geral do PRD, confirmaram a existência deste acordo, que assume uma grande importância no actual momento político.

PÚBLICO — Tiveram contactos com representantes do governo canadiano. Qual a mensagem que lhes tentaram transmitir?

FILOMENO VIEIRA LOPES — No entendimento de

FPD e também do PRD existe um clima de medo em Angola, dependente da situação militar, e nós fizemos um apelo para que haja pressão no sentido de que o exército nacional se forme até um mês antes das eleições legislativas.

Uma outra questão tem a ver com a segurança dos líderes políticos das novas forças. Contrariamente ao que acontece com o MPLA e a UNITA, estas organizações não dispõem de segurança própria, por isso apelamos às autoridades do Canadá para que reforcem os contingentes da UNAVEM. Por outro lado tentámos também demonstrar a inconveniência de fazer coincidir as eleições legislativas e as presidenciais. Há uma cultura política muito baixa no nosso país e um acto de eleições simultâneo pode provocar alguma confusão.

P — Parece haver coincidência de posições a muitos níveis entre o PRD e a FPD. Fala-se mesmo numa possível aliança entre os dois partidos. É verdade?

VICENTE JÚNIOR — Nós, no PRD e na FPD, temos relações de diálogo e cooperação desde há algum tempo; isto foi-nos permitindo descobrir que nos identificamos em termos de pensamento político de fundo.

FVL — Neste momento de

corre já um processo de coligação das forças ao lado do MPLA/UNITA. Esta coligação está a fazer-se no seio do Conselho Nacional de Oposição (CNO). Pelo menos cinco partidos querem coligar-se e há um compromisso geral de outros partidos virem a alinhar numa coligação eleitoral. Entre eles estamos nós, a FNLA e o PRD. Existe já um acordo de princípio. A gravidade da situação política está a conduzir os partidos que têm uma mensagem diferente a formarem um bloco tendente a uma coligação eleitoral. Pensamos que antes das eleições é importante transmitir uma posição independente, que não esteja comprometida com as visões totalitárias da sociedade.

P — E para as presidenciais existe já algum nome que reúna consenso dentro do CNO?

FVL — Para as presidenciais existe o consenso de que o bloco democrático deve apresentar uma candidatura única. Neste momento todas as forças políticas estão à procura de alternativas. A FPD, concretamente, está a proceder a um referendo interno.

P — Mas com a FNLA na coligação não será lógico que um dos candidatos mais fortes seja Holden Roberto?

FVL — Muitos nomes poderão ser lógicos. Numa primeira fase poderemos ter um conjunto de presidenciais dos quais sairá depois um candidato único.

Acrise do PRD

P — O PRD acaba, entretanto, de atravessar uma crise grave, com a saída de Joaquim Pinto de Andrade, o qual acusou os líderes do partido de comportamento racista e de pretenderem ressuscitar o movimento "nitista". Esta crise está ultrapassada?

VJ — Eu sempre vi no dr. Pinto de Andrade uma personalidade vertical e séria e é com profunda tristeza que reconheço publicamente que me enganai. O dr. Joaquim Pinto de Andrade fez de facto acusações graves, de racismo, etc. Mas repare que houve um processo eleitoral interno no âmbito da Convenção Nacional, que se reuniu em Abril pela primeira vez desde a sua fundação em 1960. Compete à Convenção Nacional eleger os corpos gerentes de partido; começámos por eleger os membros da Comissão Política Nacional na base de uma proposta que foi apresentada por unanimidade e

todas as pessoas propostas, negros, brancos e mestiços, foram eleitas. Não posso portanto compreender as acusações de racismo. Acho que não há boa fé. Quanto às acusações, espanta-me que só na Convenção Nacional, muito depois de ter aderido ao PRD — e em virtude do processo eleitoral interno, que teve lugar ao abrigo dos estatutos — o dr. Joaquim Pinto de Andrade levante estas acusações. Se ele tivesse sido eleito presidente do partido talvez já não as colocasse...

P — Logo após a Convenção Nacional do PRD, e na sequência da saída de Joaquim Pinto de Andrade, correram rumores sobre uma possível aliança entre o seu partido e a UNITA. Há algum fundamento?

VJ — Alguém está subteraneamente a propagar esses rumores: os nossos adversários de sempre e algumas figuras que estiveram connosco. Quando se diz que o PRD pretende um alinhamento com a UNITA, parte-se da ideia de que em Angola apenas existem dois espaços políticos, a UNITA e o MPLA. Mas entre estes dois movimentos existe um espaço intermédio, onde nos situamos e que queremos ver fortalecido. É dentro deste espaço que iremos estabelecer alianças.

P — Uma fonte ligada à UNITA confidenciou recentemente ao PÚBLICO a intenção de Jonas Savimbi, caso ganhe as eleições, de integrar no seu governo elementos do PRD. Aceitaria fazer parte de um governo da UNITA?

VJ — Se estas primeiras eleições forem realmente livres, o governo que delas resultar terá sido legitimado pelo povo de Angola; nesse caso nós temos o dever patriótico de cooperar com esse governo para ajudar o país a estabilizar e a desenvolver-se. Esta é uma posição de princípio.

P — A FPD não conseguiu ainda reunir o número de votos necessários para a sua legalização. Como pensam resolver este problema?

FVL — Pensamos que na próxima quinzena dispostemos já desse número de assinaturas; nenhum partido está ainda a tirar vantagens da sua legalização. Ainda hoje não foi formado o Conselho de Comunicação Social, apesar da lei ter sido já aprovada em Março; na mesma altura foi aprovada a lei dos tempos de antena, mas nenhum dos novos partidos legalizados beneficia disso. Enquanto, curiosamente, a própria Assembleia do Povo, indo contra a constituição e a lei que aprovou, votou a favor da manutenção de programa "Angola Combatente" (considerado um veículo de propaganda da ala mais dura do MPLA). ■

Jornalistas da UNITA continuam presos em Luanda

PUBLICO QUINTA-FEIRA, 11 JUNHO 1982

JOFRE JUSTINO, 42 anos, chefe de redacção do "Terra Angolana", órgão oficial da UNITA, continuava ontem detido na cadeia da Estrada de Catete, em Luanda, na sequência da acusação de porte ilegal de arma de fogo. Jofre Justino foi preso domingo, nas cercanias da Praia do Bispo, em Luanda, onde se realizava a missa papal, tendo sido detido na mesma ocasião Olinda Colanda, 35 anos, jornalista da Vorgan (rádio da UNITA), e Domingos Cachio, 43 anos, motorista do carro em que seguiam. De acordo com um relatório da

policia, as detenções ocorreram às 11h 30, duas horas e meia depois de ter começado a celebração eucarística.

A libertação dos detidos "tem sido prometida todos os dias, de manhã e de tarde, sem resultado", disse um dirigente da UNITA. Ainda ontem, os dois jornalistas ligados ao partido de Jonas Savimbi eram esperados à tarde no Hotel Trópico em Luanda, onde estão instalados vários dirigentes da organização. Segundo a mesma fonte, "os detidos não têm sido submetidos a maus tratos físicos".

As circunstâncias da prisão de Jofre Justino ainda não são totalmente conhecidas, uma vez que, segundo a UNITA, quer ele quer Olinda Colanda se deslocaram em serviço para a cobertura jornalística da missa, enquanto o relatório policial indica às 11h30 (altura em que a cerimónia terminava) como o momento da detenção.

Segundo a policia, no carro em que ambos se fizeram transportar — uma carrinha GMC azul-escura conduzida por Domingos Cachio, mas normalmente utilizada por Norberto de Castro, "vice-ministro" da UNI-

TA para a Informação e director do "Terra Angolana" — foram encontradas duas caçadeiras e uma metralhadora AKM. Mais tarde, Norberto de Castro assumiria a propriedade das armas — "são da minha segurança pessoal", disse ao PUBLICO.

Para alguns observadores, este caso é apenas do foro policial, dadas as circunstâncias em que ocorreu a prisão. Mas a UNITA insiste em considerá-lo um caso político, "integrado numa teia de provocações de que o partido foi alvo durante a visita do Papa e que levou às cadeias

do Governo 27 elementos".

Tentativas feitas pelo PUBLICO junto do Comando-Geral da Polícia e do gabinete do vice-ministro do Interior, Fernando Cidade Santos "Nandó", revelaram-se infrutíferas. Do gabinete do governante que tutela a área de Informação e Segurança, um assessor diria que "o vice-ministro não tem nada que ver com isso", enquanto do comando-geral os esclarecimentos pretendidos eram adiados para uma conferência de imprensa "a realizar amanhã [hoje]". ■

António Mateus, em Luanda

Basquetebol: Angola venceu em Lisboa

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 10 JUNHO 1982

A SELECÇÃO DE ANGOLA sagrou-se vencedora do II Torneio Cidade de Lisboa em basquetebol, ao bater na final a equipa da Suécia por 69-69 (38-36 ao intervalo). Num jogo muito disputado, a selecção angolana apenas esteve em desvantagem nos minutos iniciais, em que chegou a perder por 13-5. No entanto, a boa defesa dos africanos e a grande exibição de Jean Jacques acabaram por conduzir a equipa africana, já apurada para os Jogos Olímpicos, até à vitória final e à conquista do troféu. Portugal perdeu com a Universidade da Califórnia por 74-82 (42-43 ao intervalo) e terminou na última posição. A selecção nacional iniciou a partida em bom plano, defendendo bem e exibindo uma boa percentagem de lançamentos, mas aos 7m de jogo a equipa desconcentrou-se, começando a acumular erros sucessivos e dando origem a que a diferença no marcador se reduzisse para apenas seis pontos aos 12m (31-25). Os norte-americanos dominavam a luta nas tabelas e chegaram ao intervalo já a ganhar por um ponto. A segunda parte manteve as características do jogo, com os jogadores portugueses a não conseguirem ultrapassar as dificuldades criadas pela defesa adversária, enquanto na luta das tabelas o cansaço começava a mostrar os seus efeitos. E nem a alteração defensiva introduzida pelo técnico português Adriano Baganha, passando da defesa homem-a-homem para 3x2, acabaria por modificar o rumo dos acontecimentos. Em seis minutos, a equipa nacional passou de uma diferença de 7 pontos (61-68) para um volumoso (63-79). Uma recuperação baseada numa defesa em todo o campo levou o marcador até ao resultado final de 74-82. Sob a arbitragem de José Araújo (Lisboa) e Soares de Campos (Angola), as equipas alinharam e marcaram: PORTUGAL — Pedro Miguel (9), Steve Rocha (15), Mike Plowden (4), Pedro Nuno (22), João Seça (10), A. Pires (-), Silvestre (-), Mário Leite (2), H. Seabra (-) e Luís Machado (3). UNIV. CALIFORNIA — M. Buckley (13), A. Grigsby (11), A. Jones (13), B. Graves (5), R. Branham (12), K. Roberts (10), L. Murray (9) e R. Jamyson (9). ■

Diplomatas confirmam plano para matar Savimbi

PUBLICO SABADO, 13 JUNHO 1982

DIVERSOS GOVERNOS ocidentais, incluindo o dos Estados Unidos, foram alertados para a existência dum plano de desestabilização de Angola que passa pelo assassinato de cidadãos estrangeiros e pela eliminação de personalidades políticas influentes, incluindo o presidente da UNITA, Jonas Savimbi — revelou o jornal londrino "The Independent", na sua última edição de quinta-feira.

Fontes diplomáticas confirmaram ao PUBLICO, em Lisboa, que o plano foi conhecido devido a uma "fuga" de informação, durante a recente viagem à Europa dum agente dos serviços de segurança angolanos, e prevê o assassinato de cooperantes portugueses, à semelhança do que aconteceu em Maio

com sete cidadãos nacionais, em Cabo Ledo, ao sul de Luanda.

O objectivo do plano — alegadamente da autoria dum assessor de defesa e segurança do Presidente José Eduardo dos Santos e alto responsável pelo serviços de contra-informação — é, segundo as mesmas fontes, enfraquecer a UNITA e, simultaneamente, criar uma situação política que leve ao adiamento das eleições previstas para Setembro. A eliminação de Jonas Savimbi deveria acontecer durante o Verão, provavelmente em Agosto. Nessa altura, as autoridades de Luanda pensam que tanto a África do Sul como os Estados Unidos teriam grandes dificuldades em reagir, no primeiro caso devido a questões militares e à tensão política interna e no segun-

do em virtude da proximidade das eleições presidenciais.

O PUBLICO soube que já em Março os serviços secretos dos Estados Unidos e de pelo menos dois países europeus tiveram conhecimento deste plano, que foi negado ao mais alto nível pelas autoridades de Luanda. O próprio Savimbi foi alertado para o perigo que corria e não guardou segredo desta informação. Chegou mesmo a estar prevista uma diligência da "troika" comunitária junto do presidente José Eduardo dos Santos.

Segundo uma fonte diplomática em Lisboa, desde então o plano pareceu "congelado", apesar da morte de cidadãos estrangeiros, entretanto atribuída a bandidos sem qualquer enquadramento po-

lítico. A mesma fonte disse acreditar que a suspensão do plano se deveu também, em parte, ao facto de os serviços de segurança angolanos terem decidido esperar para ver até que ponto as dissensões internas na UNITA — nomeadamente as acusações a Savimbi pela morte de Tito Chingunji e Wilson dos Santos e a deserção dos generais N'zau Puna e Toni da Costa Fernandes — o tornavam desnecessário. A visita do Papa aconselharia também a trégua, para não prejudicar a imagem externa do Governo do MPLA. O ressurgimento do plano, confirmado agora pelos serviços de informação de países europeus, é atribuído à insegurança com que alguns sectores do MPLA encaram o desfecho das eleições de Setembro. ■

Jofre Justino absolvido

Puna e Fernandes regressam hoje a Luanda

António Matos,
em Luanda

O regresso, hoje, dos dissidentes da UNITA a Luanda, promete agitar as já conturbadas águas políticas em Angola. Protagonista do incidente mais significativo ocorrido durante a visita papal, Jofre Justino foi ontem absolvido.

Os dissidentes da UNITA, Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, regressam hoje a Angola, provenientes de Lisboa, informou ontem em Luanda Abel Cogi, ex-capitão do exército de Jonas Savimbi. Mas a história do dia, ontem, em Luanda, foi a libertação do cidadão português Jofre Jus-

tino, 42 anos, chefe de redacção do semanário da UNITA "Terra Angolana", ilibado pelo Tribunal das acusações de posse ilegal de armas de fogo.

Jofre Justino fora detido no domingo, juntamente com Olinda Colanda, 35 anos, jornalista da Vorgan (rádio do partido de Jonas Savimbi) e de Domingos Cachia, 43 anos, quando se dirigia para a missa papal (ver caixa), que também foram absolvidos.

Jofre Justino beneficiou desde quarta-feira da protecção do Consulado Geral de Portugal em Luanda, que destacou para a sua defesa no processo a advogada luandense Maria de Fátima Simões. Logo nesse dia, o cônsul-geral, José Lameiras, visitou-o na cadeia da Estrada de Catete e desde então foram desenvolvidas intensas diligências, que, segundo uma fonte consular, "beneficiaram, para a rapidez com que o processo foi desbloqueado, das boas relações existentes com o Governo de Angola". Segundo a mesma fon-

te, o cenário da extradição para Portugal nunca se colocou. O julgamento de Jofre Justino, Olinda Colanda e Domingos Cachia decorreu no tribunal de polícia, entre as nove e as 14 horas de ontem.

Fim da "trégua papal"

O tempo de tréguas entre os principais concorrentes da cena política angolana, a que a visita do Papa obrigou nos últimos dez dias, parece ter definitivamente chegado ao fim. Quinta-feira, o responsável da UNITA para a Informação, Jorge Valentim, acusou o Governo, em conferência de imprensa, de estar a "criar um clima de tensão para impedir a realização das eleições", afirmando que "a paz em Angola não é uma paz de coração mas sim uma paz armada, a que só se chegou pelo equilíbrio de forças" entre o Governo e a UNITA.

A adensar as nuvens cinzentas que começam a divisar-se, a pouco mais de três meses da da-

ta marcada para as eleições (29 e 30 de Setembro), surge agora o regresso de N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, dissidentes da UNITA, que este partido tem afirmado serem apoiados pelo Governo angolano.

Na companhia de outros antigos elementos daquele movimento (entre os quais não estará José Alberto N'Dele, apurou o PÚBLICO, ao contrário do que afirmou Abel Cogi), os antigos dirigentes da UNITA regressarão a Angola para "iniciarem um conjunto de actividades no âmbito da Tendência de Renovação Democrática da UNITA, apresentada ontem em conferência de imprensa, em Luanda, como "um núcleo de militantes que discorda da actual direcção". Segundo um comunicado lido por Abel Cogi, "a tendência conta com apoios financeiros", cuja proveniência se recusou a especificar, "e com a garantia de segurança dos governos portugueses e angolano".

Segundo um dirigente da UNITA, este partido deverá tornar pública, no início da próxima semana, uma reacção ao regresso de Puna e Fernandes. Recordar-se que o partido de Jonas Savimbi tem afirmado repetidamente que estes elementos foram expulsos da organização, pelo que, segundo a mesma fonte, "não faz sentido que se apresentem como um núcleo de militantes da UNITA". ■

O relato de Justino

O RELATO, em discurso directo, de Jofre Justino, com quem o PÚBLICO falou no momento em que regressava a "casa", um quarto do hotel Trópico, em Luanda, ainda antes da primeira conversa telefónica com a mulher, Anabela, que vive em Portugal:

"Foi uma sequência de azar. E foi também uma burrice, porque não devia ter ido naquele carro. Mas estava atrasado, o meu motorista tinha-me pedido para ir à missa, eu tinha acordado tarde e tinha pressa; pedi o carro ao Norberto de Castro, dei boleia à Constança Olinda, da Vorgan, e seguimos para o local da missa. Passámos um primeiro controlo, mas já aí tivemos dificuldades, porque a GMC era facilmente reconhecida como uma carrinha da UNITA. Chegados ao segundo controlo não nos deixaram passar e mandaram-nos virar à esquerda, o que fizemos. Aí houve uma família que nos pediu boleia e levámos-a ao Balaizão. Voltámos e disseram-nos que as nossas credenciais não serviam. A conversa com os polícias foi cordial e já estávamos a 50 metros do carro quando resolveram ir revistá-lo.

Encontraram, então, as armas do Norberto de Castro. Aí, há um polícia que grita 'tem bala na câmara, tem bala na câmara', e eu fiquei em pânico porque pensei que ele ia disparar sobre mim. Já estava convencido da sanieira em que me metera e achei perfeitamente justo que me prendessem. A única coisa que não posso admitir é que não me tivessem deixado telefonar para o Norberto de Castro para ele declarar a titularidade das armas. A partir daí, deixei de existir até às oito horas da manhã seguinte.

Fui levado directamente para uma cela na cadeia da Estrada de Catete, imunda, com 1,9 por 1,5 metros. Passei aí a noite com o Domingos Cachia (o condutor do carro). Eu devia ter ido a julgamento de polícia na quinta-feira de manhã, mas mais uma vez foi adiada a solução do caso, depois de várias promessas de libertação não cumpridas.

De resto, não fui maltratado, e criou-se até um bonito ambiente de solidariedade com os presos comuns que lá estavam e até com os polícias. O Procurador da República portou-se muito bem, a advogada nomeada pelo consulado foi extraordinária e o próprio consulado foi eficientíssimo. Quero agradecer publicamente a toda a gente que se preocupou comigo, inclusive gente do MPLA.

As outras histórias eu vou contá-las depois: houve algumas pessoas que fizeram tudo para me extraditar, para me acusar de terrorista internacional, criando em Angola um ambiente de guerra civil." ■

António Matos, em Luanda

Dissidentes da UNITA voltaram a Luanda

PUBLICO
14 JUNHO 1982

“Não foi um abandono, foi uma ausência”

António Matos,
em Luanda

N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes estão de volta a Angola e prometem animar a discussão política, sobretudo no seio da UNITA. Ontem, os sinais de compromisso do Governo angolano com o seu regresso foram evidentes: o aparato da segurança e os quatro carros oficiais à sua espera no aeroporto.

Os ex-dirigentes da UNITA Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes regressaram ontem a Luanda, depois de nos finais de Fevereiro terem saído do país, abandonando de forma surpreendente as funções que desempenhavam no partido de Jonas Savimbi. Na sua agenda dos próximos dias está a Tendência de Reflexão Democrática da UNITA, constituída por um núcleo de militantes do partido que discordam da actual direcção. Sobre este retorno ao país, Tony da Costa Fernandes diria que “não foi um abandono, foi uma ausência”.

Ao longo destes cerca de quatro meses, ambos têm feito duras acusações à liderança do partido, sobretudo N'Zau Puna, o que justificou as agitadas medidas de segurança que ontem, no aeroporto de Luanda, rodearam o seu regresso. Com os dois dissidentes, viajaram apenas Paulo Tchিপilica, coor-

denador da Tendência de Reflexão Democrática da UNITA, e António Morais. À sua espera, apenas alguns familiares, embora tenham sido vistos no aeroporto Lopo do Nascimento, ex-ministro da Administração do Território, e Ciel da Conceição “Gato”, representante do Governo na Comissão Mista de Fiscalização e Verificação da aplicação dos acordos de paz.

Os equívocos da segurança

Cerca das nove horas, chegou de Lisboa um voo da TAP. Um magote de jornalistas, operadores de câmara e fotógrafos perfilou-se diante da escada de acesso à porta dianteira do avião, sob orientação da polícia, ali representada pelos comandante e subcomandante provinciais. Os agentes da segurança movimentavam-se com frenesim — um deles alternava a metralhadora com um monóculo, através do qual parecia espiolar toda a linha do horizonte. Mas tudo isto para nada.

A não ser para despertar a visível curiosidade dos passageiros que desembarcavam em Luanda e olhavam intrigados. N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes não vinham naquele avião. “Tanta segurança e nem sabem em que avião é que vêm os homens”, desabafaria um jornalista local. Viriam, afinal, num voo da TAAG (companhia aérea angolana) proveniente de Roma — o que acabou por acontecer mais de uma hora e meia depois, embora o Tristar que realizou a viagem tenha sido fretado à TAP.

Ambos acenaram quando saíram do avião. Tinham, contudo, pouca gente à sua espera: talvez nem duzentas pessoas,

que não deixaram de o aplaudir à entrada para o edifício do aeroporto. Ai, Puna e Fernandes fariam algumas declarações à imprensa: “Estamos aqui com a mesma determinação com que lutámos nos últimos 30 anos pela democracia”, disse Tony da Costa Fernandes, afirmando ainda que este regresso “se insere no quadro da implementação dos acordos de paz”, sem especificar. N'Zau Puna afirmou depois que “não é contra a UNITA” que regressam e reiterou a ideia de que terá de se realizar um congresso do partido para discutir a sua futura orientação: “Se não houver congresso antecipado, logo veremos o que fazer”, disse.

Sobre a questão de Cabinda — enclave de onde é oriundo, como Fernandes —, Puna reconheceu que é “um problema a que não se pode fugir”, mas não teceu mais comentários. Diria, a seguir, quando instado a pronunciar-se sobre uma alegada verba de quatro milhões de dólares que teria recebido do Governo angolano, que “se isso tivesse acontecido, mais de metade seriam entregues aos guerreiros da FLEC”.

Os recém-chegados abandonaram depois o aeroporto, transportados em quatro carros oficiais de que tinham sido retiradas as chapas de matrícula, cuja cor verde seria demasiado óbvia. Horas depois inauguraram uma sede da Tendência; e o programa segue dentro de dias, com promessas de encontros com José Eduardo dos Santos, Presidente da República, Jonas Savimbi, líder da UNITA, e outros protagonistas da vida sócio-política angolana.

Actividades a organizar a partir da sede, que funciona no centro da cidade. ■

“A vossa pátria, esta grande Angola, precisa do trabalho e da solidariedade de todos para se reconstruir. (...) Espero que todos ajudem a resolver os problemas de Cabinda sem violência, mas com paz e diálogo, respeitando o povo e seus anseios, mas olhando também às necessidades do país inteiro.”

Aeroporto de Cabinda, 8/6

Os recados do Papa

DURANTE os sete dias que permaneceu em Angola, João Paulo II proferiu 19 discursos, na sua maioria centrados em temas religiosos. Em quase todos eles, um recado — fosse para teólogos, crentes, ou políticos. Alguns deles:

“Que tenha definitivamente terminado para ti, querida Angola, o tempo do teu desamparo. (...) Vence as tentações que induzem a prolongar o conflito armado, fonte de ruínas e de inúteis sofrimentos. Comece agora decididamente o tempo da reconstrução.”

Largo Tiro aos Pombos,
Huambo, 5/6

“Dos quatro cantos da nação, ouvimos um grito, que é, ao mesmo tempo, de reconciliação e de esperança: nunca mais a guerra! Nunca mais a guerra! Paz a Angola, paz a Angola para sempre!”

Largo Tiro aos Pombos,
Huambo, 5/6

“Que o espírito da unidade e da paz vos conceda a graça de conseguir abater os muros que separam, para trabalhar conjuntamente na reconstrução do país — um país onde todos tenham lugar e voz, e possam dignamente ganhar o pão para si e para os seus! (...) Peço-vos firmemente que procureis o diálogo, superéis as vossas apreensões e vos consagreis à reedificação da vossa pátria! Deus não permitirá que sejais abandonados.”

Praia do Bispo, 7/6

“O vosso povo tem um provérbio que diz: ‘Quem pensa não casa; quem casa não pensa!’ Trata-se de uma decisão séria para a vida inteira: por isso, a decisão deve ser pensada... Muitos jovens desistem, com o medo das incertezas do futuro. Mas isso é errado! Eles ainda não conhecem o poder de Deus.”

Luanda, Estádio Nacional da Cidadela, 7/6

“Angola tem 500 anos de encontro de culturas, situação que a maioria dos povos de África não conhece. Isso faz do vosso país um povo distinto, que não se pode incluir simplesmente numa determinada corrente que arrasta os países da África Austral. Nuns, os colonizadores viveram entre os colonizados. Aqui, os colonizadores, apesar de tudo, conviveram com os povos que encontraram. Daí a diferença específica que distingue o povo angolano.”

Esplanada da Velha Catedral, Mbanza Congo, 8/6

Papa em Benguela, no último dia da visita a Angola

A maior recepção fora de Luanda

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 10 JUNHO 1989

Do nosso enviado
Adelino Gomes
em Benguela

Nem sinais da guerra nem grandes feridas da decadência e económica. A cidade das acácias rubras esmerou-se a receber João Paulo II. Painéis gigantes quase esmagavam disticos da UNITA. Cidalino Ferreira de Melo, 50 anos de missionário em Angola, pode morrer. Viu o Papa.

De pé no "Papamóvel", um passo atrás de João Paulo II que acena à multidão de muitas dezenas de milhar de pessoas concentradas no Bairro Casseque e nas colinas de terra e pó ao longe, Óscar Braga — o único bispo angolano filho de colonos portugueses — ostenta o sorriso aberto de quem vê concretizado um sonho: Benguela oferece ao Papa, nesta sua última deslocação ao interior de Angola, a maior de todas as concentrações fora de Luanda.

Durante dois anos, nos dias 22 de cada mês — em memória de 22 de Outubro de 1978, data da eleição do cardeal Carol Woytila — os cristãos da cidade das acácias rubras rezaram para que o Papa visitasse a diocese. "A Benguela tem de vir", dizia o bispo Braga, que foi regen-

te agrícola em Santarém e soldado, antes de entrar no seminário dos Olivais em Lisboa. "Esta é das terras de Angola com missionação mais antiga", justifica ao PÚBLICO. "Da Igreja da Senhora do Pópulo, já com 400 anos, partiram missionários para todo o interior."

A surpresa de Benguela

A velha Benguela, aristocrática cidade de mestiços, "cidade mãe de cidades", como lhe chama o folheto distribuído aos jornalistas, caprichou em mostrar ao Papa que não se encontra por acaso no primeiro lugar das dioceses com maior número de padres ordenados no país. A partir do aeroporto da Catumbela, numa extensão de cerca de 16 quilómetros de boa estrada asfaltada, painéis gigantes desenhados por artistas locais, disticos e cartazes saudam o Papa, enquanto os grupos de pes-

soas que o aguardam nos cruzamentos e à beira das casas de cimento cor da terra se tornam numa muralha humana à entrada da capital da província e daí até ao Bairro Casseque.

A cidade é uma surpresa para quem carrega com os olhos, o olfacto e o coração cheios de imagens e cheiros e a dor de prédios em ruínas, ruas esburacadas, lixeiras à porta de casa e nas bermas das estradas, um país exangue. As vivendas junto ao mar, o palácio do governador, o tribunal, caídos e conservados; restaurantes e cafés abertos; gente alegre nas ruas em fato domingueiro; montras decoradas com produtos à venda de boa qualidade e variedade; jardins verdes e limpos e frondosos, o edifício da antiga Associação Comercial, hoje sede do MPLA, tão apetecível, lembra quem o conheceu, como nos tempos em que a velha sociedade local se impunha "amoking" para as noites de festa —

o contraste é absoluto com a destruição urbana e a vensação de sociedades que desistiram de lutar patentes em Luanda, e no Huambo em particular.

De um dos camarotes do estádio municipal Edelfrides Palhares da Costa, "Miau", cujas traseiras dão para o terreno onde se iniciou já a celebração eucarística, um padre indiano observa a multidão disciplinada e firme ao sol que começa a queimar. "Vê-se que aqui há fé", observa, depois de explicar que já acompanhou numerosas viagens do Papa em África para a Rádio Vaticano. "Há talvez menos festa, mas a fé é mais profunda".

Ver o Papa e morrer

Na primeira fila do lado direito do altar, o governador Paulo Jorge faz as honras estatais desta província que ocupa uma área um pouco superior a metade de Portugal continen-

tal. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, hoje dirigente provincial do partido no Governo, reitera ao PÚBLICO declarações sobre Savimbi que incendiaram os ânimos políticos do país. "Não é novidade para o povo angolano os crimes que lhe são imputados. A questão que se põe é se o mandatário de tais crimes pode ser Presidente da República. A UNITA só actua pela violência. É quem circula com homens armados. No mês de Maio atacaram Chorongoi, queimaram o comissariado, rebentaram com instalações, limitei-me a dar conhecimento dos factos".

Nas ruas da cidade — castigada no passado por ter dado a vitória a Humberto Delgado e viveiro depois de dirigentes do MPLA — disticos de saudação a Savimbi parecem indicar que Paulo Jorge vai ter muita dificuldade em convencer a população de que o dirigente da UNITA não é o homem certo. A

Igreja tentou, em vão, convencer os representantes da UNITA a tirar a propáganda do percurso papal. O mais chocante dos cartazes, suspenso de duas árvores sobre as quais o chefe da Igreja haveria de passar, proclamava que "Savimbi é o salvador de milhões de angolanos". O pano caiu, na madrugada de ontem, horas antes da chegada do Papa, "afortunadamente" diz um padre.

Sozinho na segunda fila de bancos do outro lado do altar um homem de túnica sacerdotal e chapéu na cabeça, tão branco como a cor do seu rosto cansado, não tira os olhos da tribuna de bambus e esteiras que voluntários construíram e decoraram e serve agora de altar donde João Paulo II fala aos sacerdotes, "homens da Igreja, homens da comunidade". Viu quinta-feira o Papa beijar o solo de Angola e chorou. Apesar dos seus 75 anos e da doença (queriam interná-lo num hospital em Lisboa) Cidalino Ferreira de Melo, meio século de missionação em Angola, não podia faltar ao encontro de Benguela com o chefe da Igreja universal. Natural de Vila da Feira, onde esteve sem ir 24 anos, decidiu ficar "quando todos fugiam".

"Valeu a pena", acha hoje. "Coisas que não estavam previstas aconteceram nesta terra nos últimos anos", diz a propósito da situação política. Reformado da Paróquia da Senhora do Pópulo, pode morrer agora, que viu o Papa. "Dos 500 anos de evangelização, 50 são meus", conclui em jeito de despedida. ■

Sínodo africano ainda sem data

AO FIM da tarde de ontem, após o seu regresso de Benguela, o Papa participou na reunião do Conselho Permanente do Sínodo Africano, na Sé Catedral de Luanda. Estiveram presentes bispos de todas as regiões do continente africano, representando diversas igrejas locais, que vão continuar reunidos durante os próximos dias. No entanto, ao contrário do que se esperava, designadamente entre o episcopado angolano, o Papa não anunciou a data do Sínodo.

João Paulo II congratulou-se por parti-

cipar, "pela segunda vez em terra africana", nesta reunião preparatória do Sínodo dos Bispos em Assembleia Especial para África. Esta assembleia tem por objectivo, segundo as palavras de João Paulo II, "a profunda renovação da Igreja em África". Propósito que não parece estar suficientemente amadurecido, visto não ter sido anunciada a data de realização do Sínodo, previsto ainda para este ano.

A evangelização será o tema central do Sínodo, que em África coloca à Igreja o de-

saio de "proclamar Cristo, caminho, verdade e vida", conforme exortava João Paulo II aos cardeais e bispos ontem presentes na catedral de Luanda.

A preparação do Sínodo começou em 1989 e tem evoluído ao ritmo das "dificuldades que existem em diversos pontos do continente africano: falta de paz, situações políticas difíceis, intolerâncias e discriminações persistentes", justificou o Papa no seu discurso. ■

António Mota, em Luanda

Savimbi ao EXPRESSO «O Governo e a ONU estão

a mentir»

Benjamim Formigo e Gustavo Costa
em LUANDA

MENOS de 24 horas depois da partida do Papa, o clima de insegurança voltou a instalar-se em Luanda, com vários incidentes entre a Polícia e a UNITA, o que não impediu, no entanto, o Presidente José Eduardo dos Santos de partir para o Brasil para assistir à sessão de encerramento da ECO-92. Fontes que lhe são próximas salientam que o gesto de Eduardo dos Santos «apenas prova que nada de grave se está a passar».

Por seu turno, Jonas Savimbi, em entrevista concedida ao EXPRESSO, e que será publicada na próxima edição de «A Revista», mostra-se moderado e optimista.

O líder da UNITA dramatiza os atrasos do processo de paz angolano: «As pessoas só estão a ver o lado negativo. [...] depois de 16 anos de guerra o cessar-fogo mantém-se. Os atrasos podem ser recuperados porque o essencial — a paz — não foi perturbado».

«Não vejo da parte do Governo nem da parte da UNITA vontade de voltar às armas. [...] Nem tudo será realizado como desejávamos, como está escrito nos acordos de Bicesse, mas desde que possamos salvar o essencial — a paz, e com ela as eleições —, depois o resto resolve-se».

Todavia, na quinta-feira, Governo e UNITA analisaram na Comissão Conjunta Político-Militar as alternativas que se encontram, a pouco mais de três meses das eleições, face aos atrasos na formação do novo Exército e na desmobilização das tropas de ambos os lados. Em causa está saber se se irá partir para eleições com os dois exércitos estacionados nos locais de acantonamento e monitorados pela Comissão Mista de Verificação e Fiscalização e pelas Nações Unidas ou se serão recolhidos os 40 mil homens da futura força de defesa e desmobilizados os restantes.

MPLA e UNITA cruzam acusações

PÚBLICO
12 JUNHO 1982

Jofre Justino vai ser julgado

O JORNALISTA Jofre Justino, de nacionalidade portuguesa, chefe de redacção do semanário afecto à UNITA "Terra Angolana", deverá ser julgado proximamente, anunciou o comandante provincial da polícia de Luanda, Gaspar da Silva. Durante uma conferência de imprensa realizada, ontem à tarde, na capital angolana, a polícia apresentou um balanço das detenções ocorridas durante a visita do Papa e afirmou que o caso de Jofre Justino já se encontra sob jurisdição dos tribunais: "O julgamento estava previsto para hoje (ontem), mas a morosidade dos tribunais não o permitiu", afirmou Gaspar da Silva.

Também ontem, a UNITA apresentou, em conferência de imprensa, a sua versão acerca da prisão dos jornalistas na sequência de um incidente que opôs, na noite de terça-feira, a nova polícia de intervenção — formada por instrutores espanhóis — e alguns militares do partido de Jonas Savimbi. O ministro da Informação deste movimento, Jorge Valentim, disse que a situação "é muito grave" e que o MPLA pretende "encontrar pretextos para fazer adiar as eleições de Setembro". Valentim invocou, a propósito, o testemunho de "uma alta autoridade do MPLA", cujo nome não indicou, apesar das insistências dos jornalistas. "Os militares da UNITA", disse, "vão voltar a andar fardados em Luanda para evitar novas acusações de porte il-

gal de armas." Referindo-se ao chamado incidente da Maianga — num restaurante de um português, a quem a polícia chamou "traidor" por servir refeições a militares da UNITA —, Jorge Valentim refutou a versão da polícia segundo a qual "uma troca de tiros começara com uma bofetada dada por um elemento da UNITA a um polícia".

Para a UNITA, "não houve troca de tiros" e os seus elementos "entregaram pacificamente as armas quando foram abordados, dentro do restaurante Mexicano, pela polícia de choque".

Na conferência de imprensa da UNITA, Jorge Valentim acusou a TSF de "bosteira", afirmando que a rádio lisboeta emitira a notícia ilustrada com som de tiroteio num bairro do Quicolo, um muçequê afecto a Jonas Savimbi. O enviado especial da TSF, Manuel Vilasboas, refutou a acusação, afirmando que se tratava de uma mentira e exigindo que o dirigente da UNITA "reparasse as suas afirmações". Seguiu-se uma troca de palavras em que Jorge Valentim manteve a sua acusação sustentada "num telefonema de Lisboa".

Exército de Kuna não apareceu

O representante do Governo na Comissão Conjunta Político-Militar (PCPM) subscreeveu, entretan-

Na entrevista ao EXPRESSO, Jonas Savimbi mantém que só deverá existir um exército na altura das eleições, mas sublinha a necessidade de acautelar o futuro e a integração social dos desmobilizados: «O Governo não tem planos. Quer dar 110 mil kwanzas aos homens e mandá-los para casa. E isto depois de muita resistência minha, pois só queria dar 12 mil. Hoje em dia, mesmo 110 mil kwanzas não são nada».

Sem deixar de criticar o Governo, o líder da UNITA sublinha que a comunidade internacional também não cumpriu as promessas que fez a Angola: «Quando saímos de

Lisboa houve muitas promessas, nomeadamente da CE. Disseram que iam dar meios e o Governo que ia dar quartéis. As ajudas não se materializaram, o que provocou atrasos. Mesmo que tenhamos a boa vontade de seleccionar os soldados que irão formar o Exército Único, a desmobilização é uma questão de consciência nacional. Não podemos agradecer aos que fizeram a guerra lançando-os no desemprego, ou mesmo na criminalidade».

Numa referência directa à CE, o presidente da UNITA recorda os seus contactos directos «em Bruxelas e, depois, com responsáveis portugueses que assumiram posteriormente a Presidência da CE. Havia sempre palavras de boa vontade: vamos trabalhar, vamos ajudar. Só que essa ajuda ainda não veio e já estamos a chegar ao fim do processo».

Iniciado o registo eleitoral, a Administração ainda não foi estendida a todo o território, conforme está previsto nos acordos de paz. Savimbi salienta, porém, que isso acontece

apenas em dois ou três municípios. «Mesmo a ONU, desculpe a expressão, estão a mentir. O Governo está a mentir e as Nações Unidas também. Nós trabalhamos intensamente para convencer os nossos simpatizantes que é do interesse da UNITA que se faça a extensão da Administração. Se gastaram tantas horas de helicóptero à procura de uma força da UNITA que não existia, porque não vão agora aos municípios confirmar o que fizeram?»

Filho de um funcionário do Caminho-de-Ferro de Benguela, Savimbi passou a infância entre o Luau e Benguela. Em sua casa, o pai discutia frequentemente política. «Não estava a querer instigar-nos a fazer política; [...] o meu pai queria que eu fosse médico, a minha mãe que eu fosse pastor religioso. [...] Mas fora dos momentos de culto ou de oração o meu pai só discutia política. Discordava completamente da colonização [...] Era mais uma atitude de resistência. A nossa geração, a dos anos 60, entrou na política por resistência, não por vocação».

to, na reunião de ontem deste organismo, as conclusões da missão das Nações Unidas, que durante seis dias procurou na região Sudeste de Angola o presumível exército secreto da UNITA, de 20 mil homens, que o dissidente N' Zau Kuna afirmara existir em entrevista ao PÚBLICO do dia 14 de Abril. Conforme já noticiáramos, no dia 4 de Junho, esta missão concluiu que, "de tudo o que foi observado, nada permite confirmar a presença do alegado exército secreto da UNITA".

Pesem embora os termos inequívocos em que aparecem redigidas as conclusões, observadores notam que os elementos integrantes da missão não negam a existência do alegado exército de 20 mil homens: limitam-se a constatar que "de tudo o que foi observado nada permite confirmar" a sua presença no Sudeste de Angola.

A forma como a missão se processou não permite garantir a inexistência de pequenas guarnições da UNITA naquela área, concluem. Todas as missões foram do conhecimento prévio do Estado-Maior da UNITA. Ao menos teoricamente, o comando deste movimento dispõe de tempo suficiente para, se necessitasse, avisar as forças, eventualmente dispostas na área de busca, da aproximação dos três helicópteros, que, apesar de qualquer membro da equipa poder solicitar "o sobrevoo de qualquer ponto ou área suspeita, ou mesmo a aterragem", quase nunca desceram para confirmar em terra o que do ar se podia observar, apurou o PÚBLICO. ■

Adelino Gomes
e António Matos, em Luanda

Os investidores portugueses continuam na expectativa.

Entre 1990 e 1992, os projectos aprovados pelo Gabinete de Investimento Estrangeiro de Angola atingiram somente 2,5 milhões de contos

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE JUNHO DE 1988

ANGOLA no horizonte

Celso Filipe

A INDÚSTRIA extractiva foi, em 1991, o principal sector de destino do investimento português em Angola, representando 71,4 por cento do valor total, indica um estudo preliminar elaborado pelo Centro de Competência Técnica (COPRAI) da Associação Industrial Portuguesa (AIP), sobre a situação económica actual e as oportunidades de investimento neste país de língua oficial portuguesa.

De acordo com o estudo, a que o EXPRESSO teve acesso, o investimento directo português em Angola atingiu, no ano transacto, mais de 307 mil contos, valor que significa a segunda maior injeção de capitais nacionais em Angola desde 1987. Apenas em 1989 o montante do investimento foi superior ao de 1991, atingindo os 370 mil contos e tendo como principal destinatário o sector da construção e obras públicas. Em todos os anos recentes, a indústria extractiva tem sido a principal área de investimento português em território angolano.

Quanto ao tipo de operações que dão origem ao investimen-

to, salienta-se a importância dos contratos de concessão, 71,3 por cento em 1991. O estudo da COPRAI, que teve um financiamento a 70 por cento do FEDIP e contou com a colaboração da Interimmet e da delegação da Interimmet e da delegação em Angola do ICEP, destaca a abertura de sucursais e escritórios de representação em 1989, enquanto em 1991 os investidores nacionais se concentraram na constituição de empresas.

No que se refere às intenções de investimento, os números são obviamente mais significativos. Entre 1989 e Fevereiro deste ano, as declarações efectuadas orçaram os 983,2 milhões de dólares — cerca de 130 milhões de contos —, vocacionadas prioritariamente para as áreas da indústria, construção e pesca, com 33,8, 20,6 e 12,4 por cento, respectivamente. Já durante o período de 1990 a Fevereiro de 1992 foram entrada no Gabinete de Investimento Estrangeiro (GIE) de Angola 44 propostas de investimento no valor total de 18 milhões de contos, tendo sido aprovadas apenas oito, no valor de 2,5 milhões de contos.

Em fase de análise encontram-se 25 propostas, e quatro processos foram classificados como de redimensionamento, tendo sido encaminhados para os respectivos órgãos sectoriais. Das restantes sete propostas, duas estão aguardadas e cinco foram consideradas incompletas (ver quadros). Sublinha-se que as propostas classificadas neste último item representam cerca de 7,2 milhões de contos das declara-

ções de investimento entregues ao GIE. O estudo da COPRAI chama ainda a atenção para o facto de não terem sido entregues propostas para o sector agrícola, considerado prioritário pelo Governo angolano.

As etapas de investimento

Este estudo preliminar da COPRAI sobre as oportuni-

dades de investimento em Angola é o primeiro de uma série que o centro está a elaborar sobre a África, e que integrará, para além dos países africanos lusófonos, o Senegal, a África do Sul e a Namíbia. Os resultados de tais estudos serão oficialmente divulgados em Setembro.

Segundo Carvalho Pereira, director da COPRAI, o investimento não pode ser visto numa óptica bilateral, daí resultando a decisão de optar por estudos que dêem aos potenciais investidores uma ideia das organizações económicas regionais. «As oportunidades de investimento em África não se restringem aos PALOP», diz Carvalho Pereira. E salienta, a título de exemplo, que existem zonas de Angola de mais fácil acesso a partir da Namíbia do que de Luanda.

Sobre a diferença entre as declarações de investimento e a concretização dos projectos em Angola, Carvalho Pereira considera que se investidor decide por etapas, e a ênfase depende de como concretiza que ainda não existem em Angola. As leis do mercado não

funcionam, a situação cambial é irrealista e, embora as leis prevejam a repatriação dos lucros das empresas, o mesmo não acontece com os capitais investidos em Angola. Factores que, somados, inibem o investimento, embora Carvalho Pereira reconheça a existência de uma apetência psicológica por parte de empresários portugueses em relação a Angola.

Mas decisiva para o investimento em Angola é a actuação das forças políticas no domínio económico. «As condições dadas ficam com que o investimento para. Hoje é boa altura para elaborar projectos, mas ainda é cedo para concretizar investimentos», admite o director da COPRAI.

O estudo da AIP faz também uma identificação das oportunidades de investimento existentes em Angola, tanto no domínio das empresas como dos projectos. No primeiro dos casos são definidos sete subsectores. De entre eles destacam-se o do café, estando o Governo angolano a prever abrir ao investimento estran-

geiro fazendas com mil hectares, através de contratos de arrendamento que se podem estender por 45 anos. No sector dos materiais de construção está calculada a privatização de duas dezenas de empresas e, dada a prioridade atribuída a este domínio, não haverá concursos públicos. Uma referência merece também o comércio e turismo, onde a abertura do capital a estrangeiros estará reservada a unidades de dimensão apreciável, como as empresas Anghotel e Emprotel, as quais se encontram já a preparar os termos de referência para a abertura de concursos.

Relativamente aos projectos é de salientar, pelos montantes envolvidos, os destinados à reactivação e reabilitação de empresas e às áreas de educação e reabilitação de infra-estruturas, que envolvem, em números redondos, 24,4 milhões de contos. No caso concreto de infra-estruturas, como o sistema de transportes, os portos de Namíbia e Luanda e os comboios-de-ferro de Moçambique e de capital angolano, a reabilitação será financiada pelo Banco Mundial.

Planeo

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE JUNHO DE 1988

Crise em África

OS NEGÓCIOS de «strading» do Grupo Pão de Açúcar em África não estão na sua melhor forma. Longe vão os anos de ouro, quando a Plasco facturava mais de oito milhões de contos, como sucedeu em 1990. O ano planeado o volume de negócios de «strading» caiu para 4,3 milhões de contos e este ano poderá ser inferior.

Na Guiné-Bissau, onde a SUPA abriu em 1989 duas lojas de bens alimentares, das quais uma em parceria com as autoridades locais, os negócios acabaram no início do ano. «Estreou-se no processo de liquidação porque o país não tem capacidade para importar. Além disso, e pior, a moeda local, tem sofrido uma desvalorização de cem por cento no ano», explica, desiludido, Gonçalves Francisco, administrador executivo da SUPA, «holding» controlada pelo grupo brasileiro Pão de Açúcar, pertencente à família Diniz.

Angola continua a ser o principal mercado de Plasco. Trata-se de um país, afirma o convicido Gonçalves Francisco, que totalmente estará ligado a Portugal, aconteça o que acontecer nas eleições marcadas para Setembro. No entanto, apesar de 30 por cento da facturação de «strading» ser tradicionalmente realizada no mercado angolano, 1992 poderá ser um ano diferente.

Muitas empresas, aproveitando o ano de eleições e a previsível abertura dos cordões à bolsa, estão a negociar pela primeira vez com as autoridades angolanas.

Mas, ao que tudo indica, as verbas disponíveis não atingem os valores de anos anteriores. Um episódio de 120 milhões de dólares (correspondente às receitas da venda de petróleo a Portugal) espaga todas as importações provenientes de Lisboa. Este ano, apenas dois terços daquele valor estão disponíveis, salienta o administrador executivo. De qualquer modo, o retorno de Junho para a SUPA pode acontecer a qualquer altura e constituir uma mudança nas negociações em Angola.

Para actuar com mais força no mercado de Luanda, onde efectuou em 1989 um volume de negócios de seis milhões de contos, contra um milhão facturado em 91, a Plasco acaba de formar uma «joint venture» com três empresas privadas russas e duas representativas de interesses de outras repúblicas. Embora o acordo ainda não esteja completamente aprovado — Portugal — a empresa de importação e exportação começou já a operar.



Intenções de investimento por Sectores (de 1989 a Fevereiro de 1992)

Sectores	%
Indústria	33,8
Construção	20,6
Pesca	12,4
Proteção de Serviços	11,8
Minas	8,8
Comércio	6,7
Agricultura	4,0
Pecuária	1,8
Turismo e Hotelaria	0,8
Parâmetros	%
Positivo	28,4
Negativo	0,3
Incompletas	21,5
Redimensionamento	12,5
Pendentes	16,3

Fonte: Gabinete de Investimento Estrangeiro de Angola

Em defesa da unidade de Angola

António Matos
em Luanda

O trabalho foi o tema escolhido pelo Papa na homilia da missa celebrada, ontem de manhã, no aeroporto de Cabinda, província que limita o Norte litoral do território de Angola. Apresentando-se como "sucessor de Pedro", disse ser portador de uma "palavra de afecto e estímulo" para acompanhar os habitantes locais nas suas "normais ocupações no seio da sociedade cabinda". Nas suas palavras, "nesta enclava da nação angolana" está um povo "de espírito empreendedor que vislumbra um futuro de prosperidade e de bem-estar".

João Paulo II criticou "a busca de caminhos fáceis e de resultado imediato" — "aqueles que vós chamais 'candonga'", disse — e fez um apelo para que o trabalho seja entendido como "um direito e um dever de todas as pessoas, mesmo para os mutilados e deficientes, para todos os homens e mulheres", depois de citar a encíclica "Laborem Exercens": "Pelo trabalho, o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem."

Numa altura em que as acções da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), movimento independentista, se encontram,

talvez, num dos pontos mais quentes de sempre, o Papa exortou a que "todos ajudem a resolver os problemas de Cabinda sem violência, mas com paz e diálogo, respeitando o povo e os seus anseios, mas olhando também às necessidades do país inteiro".

Em Mbanza Congo, ponto de partida da evangelização há cinco séculos, esse foi o tema escolhido por João Paulo II. "A antiga diocese foi marcada por diversas vicissitudes: morte prematura de bispos; longos períodos de sede vacante; insuficiência numérica de missionários; carência de agentes de evangelização à altura da sua missão", diagnosticou o Papa, para quem tudo haveria de se complicar com "a chegada de estrangeiros ao país que perturbaram a vida social e influram negativamente na evangelização".

A concretizar essa influência, o Papa falou do "flagelo desumano e injusto do comércio dos escravos e da intromissão belicosa desses estrangeiros na vida do reino do Congo".

João Paulo II rendeu depois homenagem ao "jovem bispo Afonso Nteka", o primeiro da diocese, "morto tragicamente". E concluiu: "As dificuldades que acompanham a Missão do Congo não impediram o florescimento da Igreja dos dois lados da actual fronteira administrativa." ■

PUBLICO

TERÇA-FEIRA, 9 JUNHO 1982

Empréstimo a Cabo Verde

A AGÊNCIA Internacional de Desenvolvimento, uma filial do Banco Mundial, anunciou a concessão de um empréstimo de 4,2 milhões de dólares a Cabo Verde, destinados à promoção do sector privado e das reformas económicas. O crédito, com uma duração de 40 anos, dos quais dez de graça, não tem juro, embora tenha um encargo de 0,75 por cento sobre as somas desembolsadas. ■

PUBLICO
QUARTA-FEIRA, 10 JUNHO 1982

Benguela para capital, já!

QUARTA-FEIRA, 10 JUNHO 1982

9

"NADA do que aqui vêem se podia encontrar há dois anos na cidade", diz o jovem empresário angolano, filho de portugueses, recém-regressado à terra natal. "Este restaurante, a cerveja gelada, os cafés abertos, o comércio com produtos para comprar, nada disto era possível e muito menos esta liberdade de estarmos aqui a falar sem receio." Os repórteres queixam-se de Luanda, suja e insegura. "A capital de Angola devia ser Benguela-Lobito", diz meio a rir um amigo retornado também à cidade. "Temos um aeroporto internacional; o melhor porto da costa ocidental de África; um mar rico em peixe; uma indústria nascente; e a zona do Cavaco, a que alguns chamam o celeiro do país, e que pode alimentar meia Angola." Os dois rematam com um argumento de ordem histórico-cultural: "Não esquecer os mullatos que fazem nome na moderna literatura angolana. Benguela foi uma cidade de degradados..." ■

Negócios à moda de Portugal

A HISTÓRIA mete também empresários e Angola. Com queixas contra Portugal à mistura. O responsável de uma empresa angolana quer discutir negócios com o seu homólogo português. Envia-lhe um "dossier" acerca da firma por "fax". Marca um dia e hora de encontro em Portugal. Em vez do director de exportação, aparece o chefe de vendas, que não sabe sequer o que sejam tabelas de exportação. Surge depois o director de "marketing", sem qualquer base de conhecimento ou confiança que permita fechar negócio. Desesperado, o angolano informa, para espanto de quem o ouve, que a sua empresa mantém negócios com aquela firma há cinquenta anos. Voa para o Porto e prepara-se para regressar a Angola sem ver o director de exportação por causa de quem se deslocara a Portugal. Recebe um telefonema, por fim, do almejado empresário a convidá-lo a deslocar-se... a Lisboa. "Imagine que, como acontece tanta vez, eu tinha levado uma encomenda de milhões de dólares do Governo de Angola?" ■

Fotógrafos contra segurança

MAQUINAS no chão, decidiram fotógrafos e operadores de imagem, na segunda-feira, em Cabinda, pouco depois da chegada do Papa. Um acordo que tinham estabelecido com representantes do Vaticano foi posto em causa por agentes da segurança espanhola que lhes barraram a entrada numa das zonas do altar, erigido em frente do aeroporto, de costas voltadas para a estrada que conduz à cidade. "Quem manda aqui somos nós", disseram os espanhóis. Debalde se procurará encontrar fotos do momento em que o Papa apelava ao diálogo sem violência para resolver os problemas de Cabinda. Os fotógrafos das grandes agências e as equipas de televisão não-angolanas cumpriram o combinado e só retomaram o trabalho no prosseguimento da jornada, rumo a M'Banza Congo. ■

Ciúmes religiosos

"SÓ RELIGIOSOS! Só religiosos! Onde está o clero secular?", protestava o arcebispo de Braga, a bordo de um dos aviões que conduzia o Papa, comitiva e jornalistas de Cabinda para M'Banza Congo. Horas mais tarde, no regresso a Luanda, Eurico Dias Nogueira haveria de comentar para o PÚBLICO: "Tem faltado nas referências do Papa aos cinco séculos de evangelização de Angola o papel dos padres seculares do seminário de Cernache do Bonjardim e em particular do missionário António Barroso que restaurou a diocese do Congo no século passado." António Barroso foi missionário em Angola e bispo em Moçambique, na Índia e no Porto. O bispo de Braga não poupa o "staff" papal: "Parece que lá no Vaticano não sabem da história da missão portuguesa. Nos períodos mais difíceis foi o clero secular quem aguentou." ■

"Bom dia João"

EM M'BANZA CONGO, ao lado das ruínas da primeira catedral construída pelos missionários portugueses em terra angolana, o piloto de testes da UMM, João Vassalo, não cabia em si de contente. Ao entrar, meia hora antes, no "Pamóvel", João Paulo II saudara-o com um "bom dia João", que deixou o português boquiaberto: o Papa só o vira no Huambo, na sexta-feira passada. João Vassalo tem esperança ainda em levar João Paulo II a abençoar-lhe o terço prateado que a comitiva papal lhe ofereceu. Ele e o mecânico, Joaquim Lourenço, encheram entretanto os cardeais de emblemas da UMM. E como quem não quer a coisa, vão deixando realizar fotografias da família por debaixo do banco, de modo a que o Papa, durante os momentos de pausa nas aclamações, pouse os olhos sobre o agregado familiar dos dois portugueses... ■

Cabo Verde lança incentivos ao investimento estrangeiro

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 10 JUNHO 1992

O GOVERNO de Cabo Verde tem em fase de lançamento um programa de incentivos ao investimento estrangeiro, inserido numa acção mais vasta de promoção do território, que passa também pelo estabelecimento de acordos preferenciais de exportação. Portugal é, naturalmente, um dos países visados, pois os responsáveis cabo-verdianos consideram que existe potencial para um maior envolvimento dos empresários portugueses naquele país.

As facilidades fiscais constituem uma das pedras angulares do conjunto de legislação concebido pelas autoridades de Cabo Verde. Segundo o PÚBLICO apurou junto de representantes do Governo cabo-verdiano em Lisboa, com este programa pretende-se "obter um aumento substancial do investimento estrangeiro em Cabo Verde, com incidência na área do turismo e da comercialização de bens".

Para Cabo Verde, a diversificação dos interesses portugueses, em África, incluindo através da descentralização do investimento em Angola, será uma das peças importantes

para o desenvolvimento económico dos restantes países lusófonos.

Ao mesmo tempo que o país prepara esta acção, acaba de fracassar um projecto conjunto entre a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e a Empa — Empresa de Abastecimento de Cabo Verde para a formação de uma "trading" com sede na Cidade da Praia. O projecto, quase com dois anos de existência, está actualmente adiado "sine die".

Embora se tivesse obtido resultados satisfatórios nos estudos de viabilidade da "trading", o processo foi interrompido com as eleições em Cabo Verde, devido à mudança dos responsáveis pelos ministérios envolvidos. Depois de vários meses de impasse, optou-se pelo adiamento do projecto para uma fase posterior à privatização da Empa, considerada prioritária.

"Irão, quase de certeza, existir candidatos portugueses à compra da Empa" disse ao PÚBLICO um responsável da AIP, que considerou também que, caso se concretize uma

participação portuguesa, mesmo que não seja maioritária, na empresa cabo-verdiana, estarão (re)criadas as condições para então fazer avançar o projecto da "trading". Tal não deverá, no entanto acontecer, antes do segundo semestre de 1993.

Os interessados na "trading" serão, ao que foi possível apurar, os potenciais candidatos à privatização da Empa. A "holding" estatal IPE poderá vir a dar "orientações" a uma ou mais participadas no sentido de apresentarem propostas de compra. O grupo Sonae é tido como interessado e avança-se com a hipótese de o próprio Banco de Fomento e Exterior vir a deter uma pequena participação.

A "trading", recorde-se, estava concebida para actuar na área da CEDEAO (comunidade económica de países da África Ocidental), mas definindo mercados privilegiados, como a Mauritânia, Guiné-Bissau, Guiné-Conakri e Senegal, potenciais clientes dos produtos a comercializar: bens alimentares, têxteis e maquinaria ligeira, entre outros. ■

Rui Sousa Vasco

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 15 JUNHO 1992

Cabo Verde privatiza

UM ANO e meio depois de ter sido eleito, o Governo cabo-verdiano viu aprovada pelo Parlamento a lei que regulará as privatizações no país. Apesar de não serem ainda conhecidas as empresas estatais que serão alienadas, há já indicações de investidores estrangeiros que estão apenas à espera de "luz verde" para se lançar na conquista do mercado de Cabo Verde. Seguros, transportes aéreos e banca são algumas das áreas em que o Estado está disposto a retirar-se total ou parcialmente. ■

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE JUNHO DE 1992

Privatização em S. Tomé

S. TOMÉ — O Banco Mundial vai financiar, com cerca de 1,3 milhões de contos, um projecto do governo são-tomense que prevê a privatização da agricultura. A privatização vai abranger cerca de 24 mil hectares de terras e inscreve-se nos esforços de reconversão da economia são-tomense, cujo principal produto de exportação é o cacau.

Cabo Verde

PÚBLICO DOMINGO, 14 JUNHO 1992

Presidente com mais poderes

O PROJECTO constitucional que o Movimento para a Democracia (MPD), no poder em Cabo Verde, vai submeter no próximo mês à Assembleia Nacional Popular recebeu nas últimas semanas uma série de alterações, nomeadamente no sentido de reforçar o papel do Presidente da República — disseram ao PÚBLICO fontes governamentais.

A nova versão do projecto procura responder às propostas da Igreja Católica, que exige a proibição do aborto e uma maior moralização da vida no arquipélago — adiantou uma daquelas fontes.

O movimento político vencedor das eleições legislativas

de Janeiro do ano passado pretende mudar tanto a Constituição como a bandeira nacional, mas entretanto vai sendo alvo de alguma contestação.

Um antigo ministro da Educação, Corsino Tolentino, que também foi embaixador em Lisboa, durante a governação do PAICV, declarou-se na última semana vítima de perseguição política: actualmente funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi condenado a 12 meses de inactividade por se ter deslocado a Paris sem autorização superior, a fim de participar numa reunião do Conselho Executivo da

UNESCO, de que é membro.

Tolentino alega que tinha pedido autorização para a viagem, mas que não obtivera resposta do ministro, Jorge Carlos Fonseca. E acusa este de ter vindo a pressioná-lo no sentido de se demitir do cargo que há dois anos exerce naquela organização internacional.

Poucos dias antes de ter rebentado este caso, o primeiro-ministro Carlos Veiga dissera no Parlamento que a democratização da sociedade cabo-verdiana está a decorrer normalmente e sem revanchismos. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE JUNHO DE 1992

Paz para Moçambique

ROMA — Militares do Governo moçambicano e da Renamo participaram, pela primeira vez, na quarta-feira, nas negociações de paz para Moçambique, que recomencaram em Roma. As delegações deverão acordar as modalidades da formação do Exército nacional único, do controlo técnico do cessar-fogo e do estabelecimento de garantias internas e internacionais para a fase de transição até às eleições gerais.

Novidades em Roma

PÚBLICO - QUINTA-FEIRA, 11 JUNHO 1982

AS CONVERSACÕES para a paz em Moçambique foram finalmente reabertas ontem de manhã, em Roma, e prometem progressos substanciais neste complexo processo de negociações que já se arrasta há quase dois anos.

O processo assume agora um carácter internacional porque foi formalizada no encontro de ontem a participação de representantes de Portugal, Estados Unidos, França e Inglaterra, que, juntamente com Itália, que actua como observador desde o início das conversações, deverão sentar-se na mesma mesa com representantes do Governo de Moçambique e da Renamo.

As delegações são acompanhadas pelos respectivos representantes militares para assim responderem aos pontos em agenda para esta 11ª ronda, que são o cessar-fogo, as questões militares relacionadas com criação de um exército nacional e as garantias que permitam uma paz real e duradoura no país.

A cerimónia de ontem ainda não contou com a presença do representante do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, António Senfelf, e dos dois militares portugueses indicados pelo Governo. A data da participação dos observadores internacionais não está fixada, mas tra-

ta-se apenas de uma questão burocrática, já que o pedido de participação foi formalizado.

O Governo moçambicano apresentou uma proposta para que técnicos da ONU também participem como conselheiros porque as forças de paz das Nações Unidas têm exercido um papel fundamental na resolução de situações de guerra tão complexas como a de Moçambique.

Nos próximos dias deverá ser discutido o modo como os observadores deverão trabalhar e qual deverá ser a abordagem política a ser dada ao processo. Entre os participantes da cerimónia de ontem era unânime a opinião de que a participação internacional já é positiva em si mesma e que contribuirá directamente para as decisões militares. "Indirectamente, essa participação facilitará também o esclarecimento de pontos de ordem política", acrescentou Mario Raffaelli, que representa o Governo italiano desde o início das negociações.

É também comum a preocupação com a actual situação em Moçambique. A grande seca que atinge diversos países de África provocou recentemente um aumento no número de mortos, além de um acréscimo assustador no número de pessoas desnutridas e abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência.

Um relatório do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas, divulgado no início de Maio, informa que o número de pessoas que dependem do Governo e das instituições humanitárias internacionais para obter alimentos quase duplicou no último ano. De acordo com o director do Programa em Moçambique, Mark Latham, a situação no país pode facilmente adquirir proporções de "fome em massa", como a que se registou durante os anos 70 na Etiópia.

Segundo D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira e mediador entre as partes neste processo, "Moçambique tem vindo a enfrentar um problema de fome que cresce cada dia". Um cessar-fogo é fundamental para que o país possa iniciar um processo de recuperação económica.

Pequenos sinais

Nem mesmo a indefinição das questões constitucionais, que eram reivindicadas pela Renamo impediu esta nova ronda das negociações. Já em Fevereiro, o terceiro protocolo entre as partes foi assinado mesmo sem um acordo quanto à constituição. Um outro ponto que a Renamo considerava prioritário antes de um prosseguimento nas negocia-

ções, relativo à ajuda alimentar, será tratado paralelamente, de forma a não impedir a continuidade do processo. Segundo a Renamo, o Governo estaria a favorecer a distribuição dos alimentos a certas áreas do país.

Ninguém se arrisca, por enquanto, a fazer previsões de tempo de duração desta 11ª ronda. Segundo D. Jaime Gonçalves, "a considerar os acontecimentos destes dois anos, é difícil prever tempo".

Apesar de todas as divergências entre os representantes da Renamo e os do Governo, após quase dois anos de conversações, já é possível detectar pequenos sinais de uma mudança de comportamento entre ambos. "Existe hoje um respeito mútuo entre as delegações e até muitas posições semelhantes quanto aos problemas", afirma Mario Raffaelli. Infelizmente, o comportamento das delegações não demonstra a realidade entre as duas partes que se confrontam nos ataques violentos em Moçambique.

Um sinal evidente de que a compreensão recíproca é muito maior aqui em Roma, e que nenhuma máquina fotográfica estava presente para registar, foram os apertos de mão entre os representantes da Renamo e do Governo no final do encontro de ontem. ■

Vera Gonçalves,
em Roma

Moçambique PÚBLICO DOMINGO 14 JUNHO 1982

O impasse de sempre

AS NEGOCIAÇÕES que em Roma se efectuam para a paz em Moçambique continuam no impasse em que se arrastam há já muitos meses, apesar do entusiasmo que na última quarta-feira rodeou a abertura oficial da décima primeira ronda.

As radicais diferenças que desde sempre existiram entre o Governo moçambicano e a Renamo continuam a impedir que o processo de paz se desenvolva rapidamente, como seria desejo da maior parte da população daquele martirizado país.

Os medianeiros da comunidade católica de Santo Egidio e o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, têm mantido encontros separados com as duas delegações, que apenas esta semana voltam a reunir-se.

A principal dificuldade é superar as questões de ordem constitucional que a Renamo faz questão de tratar antes de se negociar um acordo de cessar-fogo, que era o primeiro

ponto na ordem de trabalhos para esta ronda.

Os delegados portugueses, que vão funcionar como observadores, estão à espera de que as discussões comecem efectivamente a centrar-se nas questões militares, para então entrarem em cena.

A Itália, como desde há quase dois anos, esforça-se sem êxito para que as divergências entre o Governo de Moçambique e a Renamo sejam superadas; mas crê-se que nada de muito positivo será possível sem uma maior intervenção de Portugal, Estados Unidos e outros países.

Raul Domingos, chefe da delegação da Renamo, justifica a sua intransigência: "É fundamental esclarecer agora quais serão as funções constituintes da Assembleia que escolheremos nas eleições. Não podemos confiar no Governo, porque pode facilmente manipular a aplicação dos acordos de paz caso não sejam estabelecidas,

com antecedência, as normas constituintes".

Por seu turno, o chefe da delegação governamental, Armando Emílio Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações, insiste em que "não faz sentido que se deva pre-estabelecer aqui em Roma quais serão as funções de uma Assembleia que por sua natureza será soberana".

Ontem de manhã os medianeiros voltaram a manter contactos com ambas as delegações e esta semana espera-se que Domingos e Guebuza voltem a sentar-se frente a frente, enquanto diplomatas portugueses, norte-americanos, franceses e britânicos aguardam a sua vez de entrar em cena.

Na sexta-feira, missionárias de nove congregações com actividade em Moçambique culparam tanto a Frelimo como a Renamo do "ambiente de terror" que se vive no país. ■

Vera Gonçalves, em Roma

ABRISA agita os balões que servem de único adorno ao palanque onde o Papa usa da palavra, no aeroporto de São Tomé e Príncipe, onde acaba de aterrizar. São balões com as cores da Santa Sé — amarelo e branco —, aos pares. Trazem, estampada a preto, uma imagem — não a de João Paulo II, mas a do não menos famoso Rato Mickey. No lado oposto, uns desenhos de contornos pouco definidos e uma legenda em alfabeto árabe.

País pobre, ingénuo e cândido, foi com algumas centenas destes balões que São Tomé e Príncipe recebeu o Papa. Não foi possível conhecer nem o autor da oferta nem o significado da legenda. «Não sei quem foi», respondeu, admirado com a pergunta, um elemento do Protocolo de Estado, enquanto um missionário português confessou, algo divertido, que «nem tinha reparado nisso». A hipótese mais provável é que tenham sido as sobras de um lote de balões usados numa qualquer festa promocional no vizinho Gabão ou até mesmo nos Camarões. Os são-tomenses, porém, apreciaram a ideia. Distribuídos por algumas paróquias, balões em tamanha quantidade era coisa que há muito não se via no arquipélago. E quando João Paulo II regressou ao aeroporto, para tomar o avião de regresso a Luanda, todos os balões tinham levado sumiço...

«**D**OIS passos à retaguarda», gritava, furioso e ameaçador, um militar são-tomense, de camuflado, bigode e mosca. Ríspida e sonora, a sua voz sobrepunha-se à do Papa, difundida para a placa do aeroporto por duas gastas colunas de som. Antes, o Presidente deste pequeníssimo país equatorial discursara longamente, aproveitando o ensejo de ser escutado por tão numeroso grupo de jornalistas para dissertar sobre matérias como o desenvolvimento do Terceiro Mundo, a dívida externa, a conferência do Rio de Janeiro...

Bem mais sintético foi o Papa. Tal como já havia sido dito por Miguel Trovoada, Karol Wojtyła lembrou que São Tomé foi «a mais antiga diocese da África subsariana, por bula do meu predecessor Papa Paulo III, de 1534». Marco histórico e motivo de orgulho, este evento voltaria a ser recordado pelo bispo D. Abílio Ribas. Envergando um tricórnio rosa-forte, caído em desuso, chorara em silêncio quando o avião pontifício aterrara no solo do seu país adoptivo. Atacado por um fortíssimo surto de paludismo, não tivera condições para redigir a saudação que proferiu na abertura da missa. Foi por isso que falou de improviso, como se se tratasse de uma vulgaríssima homilia dominical, tendo-se socorrido apenas de umas notas redigidas num papel dobrado.

O programa oficial da visita informa que 96 por cento dos

Santo Mickey em São Tomé

EXPRESSO, Sábado, 13 de Junho de 1992

120 mil habitantes são católicos. Os últimos decénios do catolicismo em São Tomé deixam, no entanto, muito a desejar. Basta reter que à data da independência, em 1975, só havia um sacerdote são-tomense — o padre Neto, levado a abandonar o país, para trabalhar na paróquia dos Jerónimos. Sem contar com a equipa do paço episcopal, a Igreja conta com 11 sacerdotes católicos na ilha de São Tomé e um na ilha do Príncipe — todos portugueses, todos claretianos. O irmão Manuel, de 47 anos, é um deles. Responsável pela paróquia da Trindade e Madalena, no distrito de Mezoch, é natural do Porto e está na ilha há 11 anos. Batina bege e óculos de aros metálicos, reconhece que «a prática religiosa é muito fraca».

AMISSA de sábado, 6 de Junho, é o ponto alto da visita de João Paulo II. O local escolhido é o jardim



Os são-tomenses saudaram o Papa como puderam

contíguo ao Palácio dos Congressos, uma construção edificada, ao abrigo do Acordo de Cooperação, pela República Popular da China. Uma opção que muitos acabaram por considerar errada — afastada do centro, e à mingua de transportes, na missa não terão participado mais de cinco mil pessoas.

A chegada do Papa, o local é demoradamente sobrevoado por um falcão — a ave de rapina que há muito expulsou da ilha o papagaio, que, por sua vez, domina os ares do Príncipe. Soberbo e orgulhoso, o bicho paira, em círculos, até que, saciada a curiosidade, ou assustado, refugia-se na floresta. Nos silêncios da celebração, ouve-se o ruído do repucho do lago do palácio, que há muito não era accionado.

Igreja de matiz conservador, num país de poligamia disfarçada e com uma incrível taxa de natalidade, os cartazes que en-

feitam o recinto dão especial atenção à família, «fundamento da sociedade». Uns estão redigidos em português; outros em forro, o dialecto local. A homilia do Papa — dedicada, exactamente, ao valor sacramental do matrimónio — parece deixar os crentes indiferentes. Antes, observara que é a fé católica «que agora vos identifica como povo». A mensagem mais importante reserva-a João Paulo II para o fim da missa, quando faz uma condenação do comércio de escravos — afinal, a actividade que esteve na base do povoamento do arquipélago. Para evitar equívocos, quanto ao juízo de valor sobre o colonialismo português, o Papa recorda que fizera igual condenação aquando da viagem ao Senegal.

O ofertório é bem o espelho do país. Dispostas numa pequena mesa de madeira, em frente do improvisado altar, estão as oferendas ao Papa. Entre elas, sobressai, pelo despudor,

para a nossa terra.» Nas vésperas, fizera um boa acção e um excelente negócio. Freto de um batelão e trouxe de Douba (nor-Camarões) farinha de trigo pondo termo ao jejum de pão que se prolongava no arquipélago há quatro meses.

Um ano de democracia política ainda não tirou o país de uma crise endémica. A inflação é galopante. Os salários, de miséria. Escasseia o gasóleo. A água não é tratada. O paludismo regressou em força, há casos de hepatite, e o «colera» fez a sua aparição. O irmão Manuel fala de fome: «Há muitas casas onde, quando há almoço, não há jantar.» Um colaborador do Presidente da República sintetiza: «Vive-se desenrascando!»

AS RELAÇÕES entre a Igreja e o Estado são excelentes. Há meia dúzia de anos, porém, «eram horríveis», como observa o então superministro da Economia, Prudêncio Rito. O Governo fez o que pôde para dar brilho a uma tão ilustre visita: assegurou transportes, pintou de branco os rebordos dos passeios, caiu as colunas, o murete da marginal, a Sé. Pela primeira vez, a Igreja teve tempo de antena na rádio e na televisão estatais.

Quem também ajudou foi a cooperação portuguesa, que reforçou os serviços de Protocolo de Estado e sobretudo a segurança. E o bispo não hesitou em recorrer ao auxílio de amigos para fazer benfeitorias na sua residência. «Pintou-se o quarto do bispo, onde o Papa fez a sesta. Trouxemos de Lisboa copos, pratos da Vista Alegre, talheres, um fogão, ar condicionado... Até equipámos a casa de banho», conta um dos responsáveis pela operação.

Foi ainda num carro português que o Papa se deslocou. Um atraso no envio do famoso «Papamóvel» obrigou a uma solução de emergência. A primeira escolha foi para um lustroso descapotável americano dos anos 50. A ideia foi abandonada, uma vez que o veículo tinha uma cor «grená», considerada pouco própria. A solução foi um normalíssimo jipe UMM, igualmente descapotável, pertencente ao engenheiro Machado, chefe de um projecto de cooperação agrícola. «Era o carro que estava em melhores condições», explica um cooperante português. «Pintadinho de branco, sem riscos nem amolgadelas.»

Ao lado das oferendas, sentado entre a assistência VIP, está Mohamed Lima, o presidente da minúscula Associação Islâmica de São Tomé e Príncipe. Vestido com uma gandora (a típica batina muçulmana) roxa, ornada a dourado, converteu-se ao islamismo quando trabalhava em Libreville. Comerciante, com 36 anos, foi convidado pelo bispo D. Ribas. «É uma visita muito importante